

CORREIO PAULISTANO

Propriedade de Joaquim Roberto de Azevedo Marques

Administrador José Maria de Azevedo Marques

S. PAULO

EXTRA-OFICINA 23 DE JULHO DE 1880

BRAZIL

CORREIO PAULISTANO

S. PAULO, 23 DE JULHO DE 1880.

A censura publica levanta-se contra o acto, pelo qual o presidente da província nomeou Francisco Felix da Rocha Martins para exercer provisoriamente o lugar de tabelião da cidade de Jacarehy.

Além da ilegalidade da nomeação, por parte da preterição de um concorrente, que, tendo servido como voluntário na guerra do Paraguai, tem a seu favor a preferência garantida no decreto n.º 3.371 de 1865, verifica-se nello o mais censurável desprezo pelas conveniências públicas.

O tabelião é um funcionário que por suas atribuições tem de viver em imediato contacto com a população, e que precisa merecer por seus predicados pessoas plena confiança de todos.

Não se consulta por isso o interesse público, designando para tal lugar pessoa, que, não merecendo essa confiança, incorre n aquella localidade em odiosidade geral.

Não é embasar as relações civis, tornando forçosa para authenticá-las, a intervenção de uma pessoa, que fez-se repugnante às partes?

Que garantias oferece para o bom desempenho de seu cargo, individuo, a quem se increpa falta de honestidade, e que tem a audacia da impunidade?

Não está apagada na memória do público a lembrança dos factos ocorridos em Jacarehy, quando nas eleições por todos os meios tentou-se falsear a legítima manifestação do voto. Vio-se então, que a população colligiu-se liberaes, conservadores, republicanos, ricos e pobres, tornaram-se solidários; não vacilaram diante da força; todos por um e um por todos protestaram, inflingindo vergonhosa derrota ao chefe liberal, que em toda a sua vida só tem ostentado a tenacidade de seus caprichos.

O instrumento, da que lançou mão o tal chefe, sem elementos no lugar, usando de todos os meios de compressão, acarretou contra si a indignação de todos; tornou-se uma pedra de escândalo.

Querer impô-lo, é um acinte.

Não é, portanto, uma imprudencia semelhante nomeação?

Com ella se vai reviver as antigas lutas, perturbando a paz da localidade, e provocar uma reacção, que pode ter funestas consequencias.

Diz-se, que muitos chefes liberaes da capital censuram o acto da presidencia, e protestam, que não são solidarios com a política presidencial em Jacarehy; é certo, portanto, que nem o interesse partidário justifica semelhante nomeação.

FOLHETIM

Reflecta a presidencia, e reconsidero o acto.
Lembre-se, que não é bom amigo quem presta-se a servir todos os caprichos de, outrem.

E' bom reflectir,

PARLAMENTO

PROFERIDO NO SENADO NA SESSÃO DE 19 DO CORRENTE

O SR. BARÃO DE COTEGIPE observa que talvez fosse conveniente começar pela ultima consideração, produzida pelo nobre ministro da agricultura, aquillo que em resposta se lhe oferece a dizer. Seguirá contudo a ordem observada pela commissão e à qual s. exc. se cingiu.

Antes de entrar no exame das diferentes verbas para que o governo pediu credito, o nobre ministro entendeu dever ressalvar a sua responsabilidade que em parte lhe cabe pelos actos de seu antecessor. Alludindo a esta responsabilidade, o orador não quis por certo alludir a que pessoalmente compete ao nobre ministro, mas é que, além da sua responsabilidade pessoal, o nobre ministro é também responsável, como político, como membro relator da comissão de orçamento da câmara dos srs. deputados e ainda como um dos sustentaculos da situação actual. Se s. exc. renuncia todas estas ligações e apenas cura da sua responsabilidade individual, o orador concorda com s. exc.; em todo caso cumpre observar, em alguns actos deu-se a cumplicidade do nobre ministro, como legislador.

No final do parecer da commissão o nobre ministro pareceu enxergar espirito partidario. Assim não é, dos proprios actos deduz-se a censura. Tanto é isto verdade que no correr do seu discurso o nobre ministro por vezes assentiu às censuras da commissão.

O princípio utilitario invocado pelo governo para justificar transgressões de lei não tem cabimento. Enquanto os ministros quiseram justificar por tal forma os excessos do orçamento, não haverá orçamento possível.

Citam-se todos os dias exemplos de outras nações, mais adiantadas do que a nossa; exemplo frisante que deveriam tomar os governos do nosso paiz a do presidente da república dos Estados Unidos, o qual, tendo-se esgotado a verba para o pagamento do exercito, manda suspender o pagamento, não se julgando autorizado a abrir credito para tal fim. Entre nós dá-se o contrario. Que mal haveria em suspender temporariamente as obras de uma estrada de ferro? Apenas uma pequena demora.

Entrou tambem o nobre ministro na discussão sobre o modo de considerar os creditos do seu ministerio, entendendo que era preferivel a interpretação do tesouro. Não houve censura da commissão sobre este ponto. Dos dous alvitres a commissão escolheu um, que lhe pareceu mais consentaneo com o espirito da lei.

E' verdade que o orador, quando ministro da fazenda, procedeu analogamente ao facto de que se trata; mas o que cumpre não é procurar precedentes, porém indagar qual a melhor norma a seguir, emendando quaisquer erros que acaso tenham sido

cometidos. Reflectindo assim, entendo hoje o orador que as despesas de um exercicio devem ser feitas de conformidade com o respectivo orçamento, embora parte do exercicio se tenha regido por uma resolução prorrogativa.

O nobre ministro exigiu que sobre esse ponto houvesse uma votação preliminar. O orador entende que tal votação não é necessaria. Desde que o senado vote o aumento de credito, tomado por base a lei, a questão se acha decidida.

Feitas estas considerações gerais, o orador passa a tratar das artigos separados do credito.

Quanto ao estabelecimento rural de S. Pedro de Alcantara, pouco tem que dizer. A commissão concede-lhe o credito e só deseja que esse estabelecimento ou seja inteiramente suprimido, ou reformado de uma maneira útil ao paiz.

Relativamente a obras publicas, observou o nobre ministro que, na lei do orçamento, ou não havia designação das obras, ou, sendo especificadas algumas obras, ficava sempre margem para outras novas, segundo s. exc. esta indeterminação e a natureza urgente das obras novas são a causa do debito que apareceu.

Por semelhante argumentação comprehende o senado que, qualquer que seja a margem deixada na verba de obras publicas, sempre o governo se julgará habilitado para excedê-la.

Demais, há inexactidão em dizer que a verba é englobada. Alii estão as tabellas explicativas dos orçamentos, nas quais vêm desenglobadas as obras a que a verba deve ser aplicada.

S. exc., para justificar o excesso notado pela commissão, citou algumas obras cuja necessidade era reconhecida, e que depois foram eliminadas pela commissão de orçamento.

O facto é que a verba já veio reduzida da cámara dos srs. deputados; o senado apenas reduziu 55.000\$, e isso mesmo na parte que o governo considera margem da verba de obras publicas.

Todas as obras que deram lugar ao excesso eram imprescindíveis, no dizer do nobre ministro: é sempre a razão de utilidade para justificar a transgressão da lei. O nobre ministro chegou a achar que tinha havido grande parcimonia, porque, embora havendo excesso da verba votada, não se gastara tanto quanto o governo pedira.

Este argumento de s. exc. faz lembrar a anedota daquele individuo que, tendo pedido a outro uma certa quantia, e recebendo metade da que pedira, julgava-se creditor da outra metade, que não lhe tinha sido dada.

A canalização do rio Mendanha devia ter sido incluida na obra do matadouro, que corria por conta de um credito especial. E' uma despesa do ministerio do imperio, e não ha disposição que obrigue o ministerio da agricultura a receber do do imperio encargos desse genero.

A commissão tratou de todas essas obras para condenar a insistencia dos governos em desatender ás prescripções do corpo legislativo. Dado que as decisões legislativas sejam em muitos casos obstáculo para a realização de certos melhoramentos, nem por isso devem ser desrespeitadas. E' preciso aceitar o sistema representativo com todas as suas boas e más consequencias. O governo, cumpre repetir-o, é uma commissão do corpo legislativo, e não este uma commissão daquelle. Estas observações, cuja verdade todos sentem, não as faz o orador tão somente com relação ao governo actual, mas em geral a todos os governos, sem ex-

cluindo os gabinetes em que o orador tomou parte.

O nobre ministro omittiu duas despesas muito maiores do que outras a que se referiu — estudos da Estrada de Ferro de S. Paulo para Mato-Grosso e examen hidráulicos do porto de Santos.

Grossas somas se lhe despendido com as taes explorações para Mato-Grosso. Fazem-se explorações por lugares já muito conhecidos, desde o tempo em que o comércio sujeita as vias navegáveis desse distrito, privado, como estava, de navegação nos rios e Paraguai, que então se achavam fechados.

Tem-se portanto duas tentativas de exploração, de uma estrada de ferro do Paraná a Mato-Grosso, e de outra via ferrea que, indo ter a Mato-Grosso, partisse da província de S. Paulo.

Com uma e outra exploração tem-se gasto centenas de contos de réis. O orador convide o governo a fazer cessar essa exploração dos cofres publicos, e pergunta como é que taes obras foram incluidas na verba de obras publicas.

Agora o porto de Santos. Acaso o parlamento, votando a verba — obras publicas — teve em mente que se fosse contratar um engenheiro aos Estados Unidos, vencendo elle só 40.000\$ por anno, além das despesas de transporte e de seus ajudantes? Não era já aquelle porto perfeitamente conhecido por estudos anteriores? E qual foi o resultado dessa nova comissão? O dizer-se que se devia fazer um cais!

Não põe em dúvida o conceito desse engenheiro, mas, que mais estudos eram ali precisos, depois das plantas, que, pela sua concessão de docas, apresentaram os srs. Conde da Estrela, e dr. Pertence, e que foram aprovadas? Depois dos exames que ali fez o engenheiro inglez Hashawck, que estudou todos os portos do império?

Afinal esse engenheiro foi mandado viajar o Rio São Francisco!

Esse rio já lhe está parecendo uma especie de El-dorado, ou um tesouro como o do morro do Castello. Tem-se ali despendido sommas consideraveis, e sem proveito algum.

Ha 28 annos, em 1852, foi incumbida o notavel engenheiro Halfeld de examinar o curso de São Francisco, e propoz os melhoramentos necessarios à sua livre navegação, e de deles estudos que ainda se servem todos que vão de novo explorar esse rio. E' um trabalho, que apenas precisa de ser rectificado em alguns postos, por isso que o curso de um trecho de 200 milhas tem 200 mil contos.

Mas o notavel engenheiro hidráulico, que ali mandou o governo, em poucos dias fez os seus estudos, e os trabalhos que propôz orça-los em quatrocentos e tantos contos, o mesmo que outros elevaram a cinco, seis e oito mil contos!

Le o orador alguns trechos desse relatorio, para justificar a expressão, de que a commissão se servira, de que taes estudos são perfunctórios. Os desenhos estavam muito bem acabados, as cachoeiras maravilhosamente representadas; mas poderia o nobre ministro asseverar, à vista do orçamento, que as plantas estejam exactas? Só a cachoeira do Sobradinho foi ha 20 annos, quando a mão de obra era mais barata, orçada em 700.000\$000.

Considera, pois, os estudos que se apresentam

pelos feiras, e cantava seguidilhas à porta das tabernas.

— E' impossivel! disseram os homens.

— Mas que idade tem então? perguntaram as senhoras.

— Vinte e cinco annos, respondeu ella. Aos oito dançava; aos quinze cantava. Tenho passado a vida pelos teatros, desde a immunda barraca de feira até ao theatro da Grande Opera.

Um jornalista que se achava entre os intimos exclamou:

— A signora devia publicar as suas memorias.

— Para que? disse ella sorrido.

Mas o sorriso, que lhe entreabria os labios nacardados, era melancolico; no rosto formosissimo desenhou-se-lhe uma nuvem de tristeza.

As minhas memorias, disse ella, não seriam mais interessantes do que quaisquer outras.

— Com tudo, acrescentou ella depois de um curto instante de silencio, se querem que lhes conte um episodio da minha infancia, estou prompta.

— Bravo! exclamou o jornalista entusiasmado, puxando logo por um livrinho de lembranças e por um lapis.

Os intimos fizeram circulo em volta da cantora. Só um mancebo quasi desconhecido de todos que lhe apresentado com o nome de Godefroy, e cujo vestuario já muito usado denunciava pobreza, se conservou um pouco afastado do grupo.

A cantora nem havia reparado nello.

— Vou contar-lhes a historia do Sem-Ventura, prosseguiu ella.

— E a prim-donna começou a narracao do seguinte modo, e no meio do mais profundo silencio:

— Tinha eu então doze annos; a companhia ambulante, de que fazia parte, havia jordanado todo o dia. Tinhiamos para nos conduzir um carro enorme, especie de barraca assente sobre seis rodas, que nos servia de theatro nas feiras, de quartel de dormir de noite e de sala de jantar durante o dia.

— Nos caminhos paravamos sempre a beira dos vallados. A carruagem servia-nos então de casa, enquanto que os dois lazaretos cavalos que a punhavam, desembaraçados dos extravagantes e capri-

chosos arreios e das campainhas importunas, desciam para o vallado e pastavam a herba que encontravam.

— O palhaço era o nosso cozinheiro; o patrão fumava no seu cachimbo; a patroa remendava-nos a roupa e os europeis; e Bataclan, um pobre diabo que representava de Hercules, e que engolia espadas e estopas a arder, estendia uma corda entre duas árvores e dava-me uma lição para matar o tempo até que estivesse feita a nossa magra sopa.

— Nesse dia voltavam de uma feira, e dirigiamo-nos para uma povoação pequena que ficava a seis ou sete leguas de distancia, e onde no dia seguinte havia um grande mercado.

— Os provençós haviam sido bons na feira; o patrão, que se chamava Coqueluche e que, apesar de ser o empereiro da companhia, e nosso verdadeiro e unico senhor, desempenhava as modestas funções de tocador de tambor, tinha nesse dia a bolsa recheada de escudos e até mesmo entre elles algumas moedas de ouro.

— Era um excelente homem, generoso sempre que podia sel-o, e affavel para com todos.

— Meus filhos, tinhamos elle dito durante o descanço do meio dia; se chegarmos esta noite a alguma povoação, iremos ceiar e dormir a uma hospedaria.

— Cear e dormir em uma hospedaria! Era o nosso sonho dourado. Havia mais de um mes que não tinhamos outra habitação senão a nossa barraca, nem comiamos outros aceipes além das abominaveis-michordias do palhaço. Fazia frio, e nós, com o pretesto de aquecermos, mas em verdade para diminuirmos um pouco o peso da barraca ambarante, caminhavamo a pé com todo o desembarraco.

— A noite approximava-se; os campos estavam desertos. Por mais que explorassemos o horizonte com o olhar, nem por sombras divisavamos a longe coisa que se parecesse com uma povoação.

— O caminho que seguimos tinha de um lado um vallado estreito, e do outro um pequeno regato, que corria à esquerda de extensos prados, amarelecidos pelo inverno, e povoados aqui e ali de choupos inteiramente despidos de folha-

gem.

— Nos prados pastavam a pequena distancia do regato uma meia duzia de vaccas, guardadas por um rapazito de sete ou oito annos. Nesse ponto a estrada seguia por uma ponte de madeira lançada sobre o regato.

— Olá! pequeno! gritou Coqueluche para o rapazinho que estava assentado sobre uma pedra, tremendo com frio, e comendo com appetito um pedaço negro.

— O rapazinho levantou-se logo e dirigiu-se para nós tirando polidamente o gorro da cabeça.

— Estamos ainda longe do povoado? perguntou Coqueluche.

— A uma legua boa, respondeu a criança.

— Na província, e sobretudo no centro da França, a legua varia muito de extensão. Quando se diz uma legua, são seis ou oito kilometros; uma legua boa representa o dobro, e uma

de todo insuficientes, e si o governo se quiser dirigir por elles ver-se-ha illudido. E' natural do rio S. Francisco, conhece essas regiões, tem lido tudo que diz respeito aquella navegação, e por isso emitiu este juizo. O excesso dessa verba foi, portanto, propositalmente provocado pelo governo, empregando obras desnecessárias, e fazendo despesas para que não estava autorizado.

Deste modo chegar-se-ha ao resultado, que parece desejar o nobre ministro, o recusarem-se todas essas despesas, arranjando-se depois cada um como poder. Por vezes se tem mandado a presidentes de província restituir o que receberam de mais, ou despachar em seu autorização. Lembra-se o orador de um a quem foi mandado que entrasse no tesouro com a quantia que despendeu nos reparos de um palácio, o que foi impossível realizar-se por elle não ter causa alguma. Teve, pois, o Estado de aprovar a despesa. E isto é o que sucederá com os ministros, e por isso se não manda que elles paguem.

Mas será talvez conveniente que em alguns pontos se não aprovem as despesas, para que depois os que contratem com o governo perguntem, como perguntam os ingleses quando se manda contratar algum empréstimo, si há autorização, si ha verba. Pelo princípio actual o parlamento é obrigado a votar por necessidade para que se não deixe perder o crédito do Estado.

O orador talvez vote porque receia passar por innovador, e que o taxem de revolucionário. Mas também o nobre ministro, que se mostra disposto a executar a lei, não seguirá essa trilha. Louva-o por querer justificar o seu antecessor, a quem também não deseja censurar. O nobre ministro, porém, não poderá em sua consciência aprovar esse sistema de fazer despesas.

Passa o orador a ocupar-se dos telegraphos. Não deu a comissão os 100.000\$ pedidos para o deficit dessa rubrica, porque não viu necessidade demonstrada para o excesso nessa verba do orçamento. Admitido como justificação o princípio de utilidade, poderia a verba ser excedida em 1.000 ou 2.000.000\$000.

Observa que não consta para onde se estende a rede telegraphica, e qual foi a importância do material que occasionou o deficit. Parecendo-lhe que se pretende prosseguir na rede da província do Rio-Grande do Sul, pergunta ao nobre ministro: si não está de plano feito para aumentar mesmo fóra do orçamento a rede telegraphica nessa província.

Dizendo em aparte o nobre ministro — que fôr da verba não — o orador pede que a phrase fique notada, porque no anno próximo a recordará nos debates.

Lembra que o nobre ministro da guerra já fez uma proposta ao nobre ministro da agricultura para a rede estratégica, oferecendo-se a mandar alguns empregados de seu ministério e a fornecer algum material. Desse consórcio da guerra com a agricultura há de nascer um monstro, não se vindo a saber porque verba do orçamento a despesa se fez, nem como foi distribuída. Por sua parte o orador deseja que se prosiga neste grande melhoramento com as consignações marcadas em lei, e assim se terá em breve tempo conseguido um importante benefício para a administração do Estado, e mesmo para a sua renda.

Em seguida o orador ocupa-se de terras públicas e colonização, notando que o nobre ministro afirmara estar de pleno acordo com a comissão, quanto aos princípios gerais que estabeleceu, mas não quanto à sua aplicação. Justificando o voto da comissão o orador contesta a proposição do nobre ministro da agricultura, quando afirmou terem os presidentes de província autorização para abrirem créditos extraordinários para a colonização, porque essa atribuição nem tem o governo geral. Os créditos que os presidentes podem abrir sob sua responsabilidade são os exigidos por casos extraordinários, como inundações, incêndios etc.

O orador ficou como atordoado ao ouvir a razão com que o nobre ministro justificou esse aumento de despesa. O governo só gastou 3.000 contos a mais da despesa votada, quando, no anno anterior, se haviam gasto 7.000 contos! Economizaram-se portanto 4.000 contos! Curiosa economia!

Observa que o nobre ministro concordou com a falta de esclarecimentos, o que prova que a comissão não foi nesse ponto exagerada.

Desejaria saber quantos colonos foram recebidos e socorridos pelo governo; quantos foram mandados para as colônias do Estado; que colônias novas se estabeleceram; quantos colonos foram distribuídos pelas já existentes.

Deste modo pederia melhor fiscalizar-se o emprego das sommas despendidas.

Passa a ocupar-se do crédito extraordinário.

Explica em primeiro lugar a teoria que reproduziu no parecer, e que o nobre ministro disse não ter compreendido, sobre créditos extraordinários, desenvolvendo largamente o pensamento da comissão. Não julga a questão de simples fórmula. Há casos em que o governo na ausência das câmaras tem a faculdade de abrir créditos extraordinários; mas tratando-se de despesa autorizada com limitação, o crédito não previsto pelo legislador é suplementar ou complementar, como diz o nobre senador por Minas, ex-ministro da fazenda.

Não levantou a questão pelo desejo de achá-las pequenas diferenças no trabalho da comissão da câmara dos deputados ou na proposta do nobre ministro, mas porque sob a denominação de crédito extraordinário enxergava mais um elemento para o governo usar de maior arbitrio.

Explica em seguida desenvolvendo o pensamento da comissão em relação à importância dos créditos especiais, quando afirmou que elos importavam não em 6.800.000\$000 como disse o governo, mas em 7.000.000\$000. Nesta demonstração ocupa-se largamente com os créditos votados para as estradas de Ribeirão, Sobral e Paulo Afonso, mostrando como os respectivos créditos foram concedidos contra a letra expressa da lei. Ocupa-se de cada uma dessas estradas devidamente, assim como da do Rio Grande do Sul, notando a desigualdade que se dá com outras províncias, citando as de Pernambuco e Bahia, cujas estradas de ferro, começadas há 20 anos, param a poucas leguas de distância, não procurando, ainda o Rio S. Francisco.

Enquanto a estrada do Rio Grande do Sul, obteve que tendo-se votado 1.400.000\$000 o governo

pede mais 2.504.000\$000 total 4.804.000\$000 havendo um excesso de 2.600.000\$000. Ignorava o governo e aprovou a designação de crédito, a quantidade das obras, e o tempo em que deviam ser começadas e concluídas? O governo que não fiscaliza, que não zela, que só serve para pedir crédito, não é governo.

As obras daquela estrada só começaram em 1878, mas já no porto do Rio Grande entraram 28 navios carregados de material para ella. Porque se não reduzem as compras? Porque se não limitam os trabalhos dos empreiteiros? Em 1879 fez-se o duplo das obras que se fizeram em 1878, parecendo assim que o governo foi vítima dos seus prepostos, que quiserem illudir o preceito legislativo.

Não é o orador desafecto à província do Rio Grande do Sul, pois que quer para ella o mesmo que para a sua província: quer que ella seja irmã do casal, mas não irmã mais velha de irmã que tem madrasta ou padrasto.

Ocupa-se em seguida com o crédito pedido para o prolongamento da estrada de ferro D. Pedro II.

Recordando que o nobre ministro dissera não compreender que a comissão não negasse o crédito por ser isso mais lógico, mas consequente com os princípios que estabeleceram, diz que a lógica às vezes não pode ser aplicada à política; não há princípios absolutos. Mas, si o nobre ministro quer levar a comissão ao ponto de dizer sim ou não, por sua parte não recusará, será consequente com esses princípios.

Observa, porém, que a comissão com a maior prudência si não concedeu desde logo o crédito aprovou todas as quantias destinadas às necessidades que reconheceu, como, por exemplo, em relação ao crédito das águas, e quanto as estradas de ferro de Pernambuco e Bahia. O mesmo quanto ao estabelecimento rural de S. Pedro de Alcantara.

O que a comissão não quis foi que o senado votasse os créditos sem ter presentes os commentários dos abusos da administração. Absolve dessa responsabilidade o nobre ministro, mas não a situação, e espera que os factos se não hão de reproduzir, porque s. ex. terá bastante coragem para arrostrar com as odiosidades que sempre acompanham os ministros, que se não prestam a ser a manivela de certos interesses. O nobre ministro é engenheiro de profissão, e tem além disso longa prática de seu ministério, não pôde, portanto, ser illudido. Não é ministro novo que tenha de apalpar o terreno para não cair em algum abismo. Conhece a estrada real, todas as estradas vicinais, todos os trilhos e mesmo todas as armadilhas que, na caça dos dinheiros públicos, costumam preparar os caçadores... não dirá de que.

Não houve, portanto, precipitação alguma, nem nas ceusuras, nem na exposição dos factos, não tendo o nobre ministro razão no modo porque interpretou o pensamento da comissão.

O orador concilia fazendo leitura das respectivas tabelas do orçamento para mostrar que desse limite não podia o governo sahir, sendo, portanto, culpado de ter excedido ou de ter dado a algumas verbas applicação diversa da que fôra votada pelo corpo legislativo.

SEÇÃO JUDICIÁRIA

Juízo de direito da 1ª vara

AUDIENCIA DE 22 DE JULHO DE 1880

Causas civis

Franklin A. Pedroso, autor; A. Bernardino J. D. Torres e sua mulher, réos. Julgada improcedente a ação.

Caixa Filial do Banco do Brasil, autora; João José Teixeira e mulher, réos. Condenado os réos no pedido, juros e custas.

Bento Alves de Siqueira, autor; Francisco Guedes da Costa. Visto ao autor para dizer sobre a exceção.

Quirino Gomes & Comp., autores; dr. Samuel E. C. Mesquita, réo. Julgada a desistência.

Ordem 3º do Carmo, exequente; José Plácido da Graça, executado. Assiganados 6 dias para embargos a penhora.

Gertrudes M. Jesus, autora; Manoel Correia da Silva. Mandou-se citar o autor para ver correr a dilação probatória.

João Cândido Ferreira, autor; herdeiros de Antônio José da Luz e Silva, réos. Assiganados 30 dias a ré ausente d. Maria Benedicta.

Bento Alves de Siqueira; José Brandalise, réo. Mandou-se que os autos fossem conclusos.

Dr. Clímaco Barbosa; escrivão T. Freitas Andrade, réo. Mandou-se citar o réo para ver correr a dilação probatória.

Suzana Merter, autora; João Cesario de Abreu. Acusada a citação do réo para constituir novo advogado ficou esperado a 1.º

Major Antônio Martiniano de Oliveira Borges Alexandre do Prado Azambuja e sua mulher, réos. Acusada a citação e oferecido o libello foi assinado termo para a contrariedade.

D. Faustina V. Crispim, autora; Pedro Cristóvão Nascimento, réo.

Causas commerciais

José Ricardo Wright, autor; Luiz M. Maylacky, réo. Vista ao réo para tropila.

Marques Pauperio & Rames, autores; Santos Jeipi, réo. Condenado o réo na quantia pedida e juros.

José Brandalise, autor; Miguel Enter, réo. Lançados de provas, mandou-se dar vista para rédes finas.

Dr. Theodoro Reichert, autor; dr. Francisco de Salles Ribeiro, réo. Nomeou-se curador do réo.

Dr. Theodoro Reichert, autor; Alexandre Fornili, réo. Mandou-se dar a vista pedida pelo réo.

Coronel Antônio Proest Rodovalho, autor; Joaquim Luís Ferreira de Carvalho, réo. Pelo réo foi rectificado o protesto que fez.

Causas fiscais

Ana Maria de Jesus, autora; Fazenda Nacio-

nal, ré. Foi julgada a autora habilitada a suceder em metade da herança de Florida.

SEÇÃO LIVRE

Santa Rita do Passa Quatro

A Constituinte de 14 e 16 do corrente tratando da eleição de vereadores e juizes de paz desta parochia, dá a importância que devidamente merece o partido conservador desta parochia, entretanto pedindo que retire alguma frase que não aceitamos, agradecemos a importância que deu aos nossos trabalhos, que o Correio Paulistano com a costumeira isenção obsequiosamente defendeu-nos.

O informante da Constituinte porém não foi bem explícito quando tratou da escamoteação do livro de qualificação.

Na eleição de Agosto do anno passado foi eleito presidente da meza parochial o cidadão José Cunha Lobo, o mesmo que foi eleito presidente nesta eleição e que naquela occasião ficou de posse do livro, pelo qual fez a chamada. Nessa occasião trabalhou a junta de qualificação da votantes; de cuja era presidente o 1º juiz de paz Francisco Diocleciano Ribeiro, que baixadamente reclamou do presidente da meza eleitoral aquele livro que nunca mais foi entregue.

Assim fica verificado que a escamoteação do livro foi feita pelos amigos da Constituinte e não pelos conservadores.

Se não empregamos o trabuco para nossa vitória também não empregamos a fraude; trabuco e fraude não são propriedades conservadoras.

Foi na eleição para eletores de Agosto do anno passado que vieram a esta freguesia os trabucos do corpo policial e capangas, mas a prudência dos conservadores retirando-se do campo não deixou correr sangue.

Nessa mesma eleição é que houve fraude como vamos provar:

A qualificação que temos é de 1864 com 334 votantes inclusive os que até hoje se mudaram e, morreram.

Em Agosto de 1878 quando aqui procedeu-se a eleição que foi julgada nulla, pela vitória dos conservadores, os dous partidos trabalharam com empenho e o resultado foi:

Conservadores	150
Liberæs	77
Total	227

Na eleição presente, com muito trabalho os dous partidos tiveram o seguinte:

Conservadores	152
Liberæs	18 !
Total	170

Se os dous partidos pleiteando a eleição não conseguiram sequer 200 votantes, como arranjaram na eleição de Agosto passado 213 votantes?

Isto é que se chama fraude, isto é que por escamotear se chama vitória, ganha licitamente com baionetas, ameaças, phosphores e fraude!...

Conhece-se agora qual foi a causa da retirada dos liberæs; com 18 votantes não se vence eleição; morreram não tendo aparecido as 18 baionetas, que deveriam chegar de Pirassununga.

O informante da Constituinte e a própria meza liberal ainda confirma com uma acta phantastica, da reunião da junta no dia 2. Onde se reuniram? na matriz, asseguramos que não, esteve vigiada sempre e o mesmo informante confirma quando diz que o juiz de paz Francisco Diocleciano Ribeiro mandou abrir a igreja e formou outra meza; a acta que mostra se ter dado a reunião do dia 2 não menciona o lugar, essa falta foi de ante mão preparada para iludir, é pois tudo falso; reunião não houve.

No dia 1º, constituída a junta adiaram a eleição para o dia seguinte e trataram de obter e occultar a chave da igreja para não haver eleição, plano de que foi sciencia um conservador que occultamente mandou destrancar a porta principal da igreja deixando-a sómente cerrada, observaram o piano liberal e não descansaram, vigiaram a igreja noite e dia e só as 10 1/2 horas da manhã de 3 quando viram que ninguém apareceu é que abriram a porta principal, ficando fechada a outra que estava fechada e a chave occultada.

Aí formou o juiz de paz outra meza e legalmente procedeu a eleição.

São juizes de paz:

Francisco D. Ribeiro	151
Francisco Vieira Palma	151
Antonio C. N. do Nascimento	151
João de Souza Nogueira	151
Manoel Joaquim Ribeiro	4

A ilegalidade da eleição consiste em ser a vitória dos conservadores, o que realmente faz desesperar aos deserto que esperavam um triunfo de 152, Paciencia, outra vez farão tudo.

20 de Julho de 1880.

...

Limeira

sententes muitas pessoas gradas, amigas e sinceras admiradoras do laureado autor do *Guarany*.

Cantou-se e tocou-se varias peças com rara perfeição, sendo todas com entusiasmo applaudidas.

A exma. família do sr. commendador Teixeira Gomes fez as horas da casa com a amabilidade de que tanto a distingue.

ELLE E A SUA SOMBRA

Lê-se no *Diário de Notícias* da Bahia de 13 do corrente:

« De passagem para Lisboa descançaram hontem nesta cidade uma senhora de perto de 40 annos e um moço de cerca de 30, trajando ambos decentemente e, ao que parecia, estreitamente ligados, porque quanto mais elle se afastava della tanto mais ella buscava aproximar-se delles.

Neste—par a par—transitaram por varias ruas, subiram e desceram no Elevador, passearam em bonds, entraram e sentaram-se em botequins, etc., sempre tão estreitamente ligados, que, por uma só alma em dous corpos, embora sempre em distancia respeitosa, os tomaria qualquer cidadão pouco dado a observar as coisas.

Naquelle ligação voluntaria ha uma triste historia.

A senhora, que se propuzera a ser a sombra daquelle homem, é a mãe de uma moça, natural do Rio de Janeiro, a quem o passageiro de hontem seduzira e envergonhara dias antes da saída do paquete *Minto* para a Europa. Sabedora da infelicidade de sua filha e conhecendo o autor de tamnho delicto, traíu a heroica mãe de indagar onde elle parava e veio ao conhecimento de que o *Lovelace* partia para a Europa no dia 9 do corrente, isto é: no dia imediato ao que ella colheu esta informação.

Decidida a tudo arrostar para que fosse reparada a falta, le sua filha e certa de que só perderia tempo se ocupasse na corte as poucas horas que alihe restavam em perseguir o criminoso, tomou a corajosa senhora um expediente, singular é verdade, mas assás louvável e que necessariamente deve produzir optimo ou medonho resultado.

Preparou as cousas de modo a seguir com sua filha no mesmo paquete em que seguia o novo *D. Juan*, jurando aos seus deuses que o perseguiria sem cessar, quer em terra quer no mar, onde quer que elle fosse, até que o sedutor, desesperado, envergonhado ou arrependido, se remisse completamente da culpa, que commeteu; lavasse com a maxima pureza a nodos que imprimiu no nome de sua familia.

E assim, que desde o Rio de Janeiro esta senhora é a sombra deste homem, não o insultando, não o magoando, com uma palavra ou um gesto menos conveniente, mas esmagando-o com as suas queixas em alta voz, com uma companhia permanente, aterradora, fatal, capaz de converter ao bem um coração ainda não calcado pelo vicio ou de levar à loucura uma natureza gasta em commettimentos ignobres.

Mae e sedutor lá tornaram hontem a embarcar juntos e lá se vão para a Europa a tecer a urdida de um drama que, por enquanto, ninguém pode suppor o desenlace que terá.»

ESTRADA DE FERRO BRAGANTINA

Lê-se no *Guaripocaba* de 18 do corrente:

« Acha-se concluído o novo acordo entre a directoria da Companhia Bragantina e os emprezarios construtores, achando-se já lavrada a escritura de novação do contracto, que nos consta ser mais favorável à Companhia.

Pelo dito contrato os emprezarios se obligaram a atacar todos os trabalhos da linha no prazo de quarenta e cinco dias, a contar do 1º do corrente e darem inteiramente concluidos dessa data a dez meses.

Consta-nos que foram demittidos todos os engenheiros da empresa e nomeados engenheiro-chefe o dr. Martiniano Brandão e chefe de secção os drs. Scorrar e Putkammer.»

CAMPINAS

As seguintes notícias são da *Gazeta* de hontem: ARARUCA. Por um cavalheiro residente nesta cidade nos foi enviada hontem uma admiravel batata da planta — araruta, e a qual se torna digna de atenção pelo desenvolvimento a que attingiu.

Consta-nos que foi recolhida em terrenos do principio de Rezende, e acha-se em nossocriptorio à disposição das pessoas que a quizerem ver.

DESASTRE. — Communicam-nos do Amparo, que ante-hontem ás 2 horas da tarde, mais ou menos, vindo de uma fazenda para a cidade, em um troll conduzido pelo sr. Cetulio Braga, a familia do escrivão sr. Gonçal Penteado foi ella victimas de um lamentavel desastre.

Os animaes do troll dispararam, sendo a familia do sr. Gonçal atirada ao chão, resultando ficarem todos de fôrma gravemente feridos.

Estava a explorar um menino irmão do sr. Gonçal.

A senhora, dois filinhos e o sr. Braga, todos feridos, ficaram no lugar do desastre até ás 9 horas da noite, pois ás a essa hora é que puderam ser reconduzidos à cidade.

Caixa Económica e Monte do Socorro. — O movimento do dia 22 de Julho, foi o seguinte:

Caixa Económica 20 entradas de depositos 915,000 5 retiradas de ditos 243,000

Monte do Socorro 1 empréstimos sobre penhoros 35,000

CORREIO DA CORTE

No sôrno continuou a 2ª discussão do credito de 6,880,810,000 réis.

O sr. Barão de Cotegipe apresentou varias emendas. Oraram os srs. Correia, Buarque de Macedo e Diogo Velho, ficando a discussão encerrada.

Passou-se depois a discutir a proposição da cámara dos deputados, tornando extensiva as escolas da marinha e militar as disposições do decreto n.º 6449 de Setembro de 1877.

Orou o sr. Junqueira que apresentou uma emenda.

A discussão ficou adiada.

Na cámara dos deputados foi apresentado um projecto autorizando o governo a conceder ao desembargador da relação desta província A. Cândido da Rocha, um anno de licença com o respectivo ordenado para tratar de sua saúde onde lhe convier.

Foram aprovadas as redações das leis dos orçamentos dos ministérios do Imperio e de estrangeiros para 1881—1882.

Na discussão do orçamento de justiça orou o sr. Dantas, ficando a discussão adiada.

Na 3ª discussão do projecto sobre dano e sinistro, falou o sr. Olegario; a discussão ficou adiada.

O presidente do Gabinete Portuguez de Leitura ofereceu a Carlos Gomes um exemplar do poema *Luziadas*, edição comemorativa do 3º centenario de Camões, e uma das trezentas medalhas comemorativas do mesmo centenario.

Ante-hontem S. M. o Imperador bateu a cavilha neutra do cruzador em construção no arsenal de marinha, dando-lhe o nome de — Almirante Barroso.

A canhoneira que também se está construindo no mesmo arsenal, foi por S. M. denominada — Primeiro de Março.

Sobre o desastre na estrada de Paula Affonso, encontramos no *Jornal do Commercio* as seguintes notícias:

HORROROSO DESASTRE.—Relativamente à catastrofe ocorrida na estrada de ferro do Paulo Affonso, recebeu o sr. ministro da agricultura, hontem, um telegramma do engenheiro chefe referindo que, sobre uma rampa de 3 %, um trem de material e gente do serviço da estrada chegando a certa altura desengatou e desceu a rampa em vertiginosa carreira. Percorreu assim o trem quasi um quilometro, até que descarrilhou, morrendo então 10 pessoas e ficando algumas feridas. No telegramma não se menciona o nome de ninguem, o que faz crer que entre os mortos não houvesse pessoas de certa ordem.

Recife, 20 de Julho (retardado).

O desastre havido no percurso da linha ferrea de Paula Affonso deu-se em Piranhas.

O comboio desencarrilhou e a locomotiva fez explosão. Conta-se 35 mortos, e entre elles parece que 30 engenheiros.

TELEGRAMMA DA EUROPA

Paris, 20 de Julho.

Telegrammas recebidos de Calcutá, noticiam que um violento tremor de terra causou grandes estragos na cidade de Manilhá, capital da capitania geral das Philippinas.

COMMERCIO

MERCADO DE SANTOS

(Do nosso correspondente)

Santos, 22 de Julho de 1880

O nosso mercado do café continuando sem movimento.

Existencia	:	:	90,000 saccas.
Entradas a 21	:	:	72,320 kilos.
Desde o 1º do mez.	.	.	1:351,323 kilos.
Termo medio diario.	.	.	1,076 saccas.
No mesmo periodo de 1879	.	.	1,137 saccas.
No mesmo periodo de 1878	.	.	2,594 saccas.
No mesmo periodo de 1877	.	.	475 saccas.
No mesmo periodo de 1876	.	.	746 saccas.

MERCADO DO RIO

Rio, 22 de Julho de 1880

Declararam-se hontem vendas de 23,500 saccas de café, sendo 11,500 saccas para os Estado-Únicos e o restante para a Europa.

Preços por 10 kilos:

1º boa.	:	5g500 a 5g600
1º ordinaria	:	4g700 a 4g900
Existencia.	.	94,000 saccas.

MERCADO DE S. PAULO

TABELLA dos preços porque foram vendidos os géneros entrados hontem na respectiva praça.

GENERO	PREÇOS
Café.	\$ \$
Toucinho	6g000 7g000
Arroz	7g000 9g000
Batatinha	5g000 7g000
Batata doce	\$ \$
Farinha	2g500 3g000
Dita de milho	2g240 \$
Feijão	5g000 6g000
Fuba	\$ \$
Milho	2g000 2g240
Porvelho	7g000 \$
Cari	\$ \$
Ajipim	\$ \$
Galinhas	5g720 6g000
Leitões	3g000 4g000
Ovos	4g00 \$
Queijos	\$ \$

EDITAIS

JUROS DE QUANTIAS EM CAUÇAO

Thesouraria da fazenda da província de S. Paulo 22 de Julho de 1880.—De ordem do ilm. sr. inspector, se faz publico que, a partir do dia 26 do corrente em diante, pagar-se-hão os juros vencidos no semestre de Janeiro a Junho do corrente anno, pelas quantias depositadas no caixa de depositos e cauções.—O encarregado do expediente, Francisco Paulino de Almeida e Albuquerque.

SUBSTITUIÇÃO DE NOTAS

Thesouraria da fazenda da província de S. Paulo, 19 de Julho de 1880.—De ordem do ilm. sr. inspector, se faz publico que acha-se ella autorizada, pela ordem do tesouro nacional n.º 65, de 14 do corrente, a fazer restituição dos descontos, que sofreram as notas de 200\$, da 4ª estampa, substituídas a partir do dia 1º de Junho proximo passado até agora, devendo os que as trouxeram a esta thesouraria, para sua substituição, provar que sofreram aquele desconto.—O encarregado do expediente, Jodo Lourenço da Silva Antero.

De ordem da cámara municipal da capital e para conhecimento de quem interessar faço publico, que foram apreendidos e recolhidos ao deposito publico, sito à rua Formosa os animais seguintes:

Uma vaca preta fusa, pequena, velha, chifres dobrados para dentro, orelha esquerda frada sem marca;

Um bode capão;

Uma cabra branca com um chifre quebrado. Chamo, pois, quem direito sobre os mesmos tiver para no improrrogável prazo de 3 dias, prazo de lei, vir a reclamar os sob pena de fundo o dito prazo tem os mesmos em hasta publica para cumprimento do art. 73 § único do código de posturas de 31 de Maio de 1875, pagando a multa de cinco mil réis por cada uma cabeça e mais despesas de deposito.

S. Paulo 20 de Julho de 1880.—O fiscal do norte da sé, Alfredo de Azevedo. 3-3

ANNUNCIOS

Queijo Suiço

Superior

A 23000 O KILO

Na confeitoria da Stadt Coblenz.

3-1

RUA DIREITA N. 38

Estrada de Ferro Sorocabana

Trens especiais durante as festas de Pirapora

DE S. PAULO A' BARUERY

Nos dias 3, 4 e 5 de Agosto ás 7 e 10 horas da manhã e á 1 da tarde.

DE BARUERY A' S. PAULO

Nos dias 7, 8 e 9 ás 9 e 12 horas da manhã e nos dias 10, 11 e 12 ás 11.15 da manhã.

Sorocaba 22 de Julho de 1880.

G. Octavio Inspector geral

3-1

Belém do Descalvado

No dia 14 deste, abri estando em casa do sr. Severino Barbuza, perdi varias obrigações, a uns de uma rengatei-a do sr. João Cândido Gomes, outre do Domiciano Mendes da Silva, e também perdi 500,000 em dinheiro e mais papéis de circunstâncias, e por isso previnho ao público que não fassa transação alguma com ditas obrigações visto já estarem pagas.

Santa Rita do Passa Quatro, 19 de Julho de 1880.—Manoel Theodoro da Cunha.

Bella acquisition

Vende-se excessivamente barata uma rica e grande propriedade construída a capricho, com oito quartos, despensas e cozinha; duas grandes salões, tudo forrado e assalhado; edificada sobre arcarias de mais de doze metros, com janelas em todos os aposentos e salas; com grandes terrames divididos em cocheiras, quarto para criados pouco com excelente agua etc. Vende-se com muito prejuizo em consequencia de retirada do proprietário para Europa. Traata-se com o agente de leilões Roberto Tavares, na rua de S. Bento n.º 77. 6-1

Confraria de N. S. dos Remédios

Da ordem do irmão dr. provedor convidado a todos

Não ha mais dores de dentes, nem de
cabeca
A LERPYLINA

V. A. O'FLAHERTY

CHIMICO DE PARIS

cura instantaneamente as dores de cabeca, de dentes, a neuralgia e a enxaqueca.

Modo de usar: — Enche-se de este licor uma colher de chã, e approxima-se da vento adjacente, ao lado doente, e enso, apertando a outra com o dedo; aspira-se fortemente, de sorte que faça o liquido penetrar bem na fossa nasal. Si ambos os lados estiverem affectados, aspira-se por uma primeiramente e depois por outra.

Preço do vidrinho—18000.

UNICO DEPOSITO EM CASA DOS
SRS. EDUARDO E FERNANDO

29—Rua da Imperatriz—29

S. PAULO

No mesmo deposito se acham tambem

**As gottas anti odontalgicas
japonezas**

E' o melhor especifico para curar, com grande efficacia, as dores de dentes, as mais fortes e violentes.

Modo de usar: — Molha-se uma bolinha de algodao, e applica-se no dente dorido.

Preço do vidrinho—18000.

**TINTA INDELEVEL
PARA MARCAR ROUPA**

O uso desta excellente tinta, que resiste a todas as lavagens, é muito facil: escreve-se com ella sobre o panno, bem seco, que deita-se depois num pouco ao sol. O panno não precisa de outro preparo.

Preço—18000. 100—80

Para o proximo trimestre, principiando
com o dia 1 de Julho, saíra-se-hão diariamente
nos dias

de 1 ate 15 de Julho.
Para quem, informação os ars. para ser
rogados a entenderem-se com o aboxio assi-
gando na casa da escola.

Rua da Constituição N. 31
Francisco Burmeister, director.
10—0

Pilulas de constipação

De Dr. Betoldi

Vende-se em caixinhas e em vidros grandes e pequenos aos preços de 18000, 28000 e em maior porção à vontade de com prador. Loja do Pombo, rua da Imperatriz n. 1.B. 100—73

AO COMMERCIO

Evaristo Pinto de Azevedo e Joaquim de Souza Pacheco, participam a esta Praça e a do Rio de Janeiro, que nesta data dissolveram a sociedade que gyrava nesta Praça, debaixo da razão de Evaristo de Azevedo & Pacheco, ficando o activo e passivo da referida firma a cargo do socio Joaquim de Souza, retirando-se o socio Evaristo Pinto de Azevedo, embolsado de seu capital e lucros a exonerado de toda a responsabilidade social.

S. Paulo, 21 de Julho de 1880.

**Evaristo Pinto de Azevedo,
Joaquim de Souza Pacheco.**

Vinho nacional deste anno

DA

Fazenda da Cantareira

Vende-se em decimos, quintos e pipas em casa de Sabino Pontes & Irmão, rua do Palacio n. 14 (antiga das Casinhas) a quina da do Commercio. 50—48

MACHINAS PARA BENEFICIAR CAFÉ DE Hargreaves Irmãos

Operante da casa HARGREAVES IRMÃOS

Francisco Fernandes de Oliveira e Silva

chama a atenção dos srs. fazendeiros desta província sobre estas máquinas, convidando a analisar e comparar o resultado e condições delas para reconhecer a superioridade a todas existentes neste gênero.

Dá-se gratuitamente todas as informações no

30—13

Escriptorio da A2encia em Taubaté,

onde vendem-se as máquinas por preços accessíveis a todos os srs. fazendeiros.

PLANTAS

F. Albuquerque, redactor da Revista de Horticultura, participa a seus amigos e as pessoas interessadas, que está creando nesta cidade, a RUA DO BRAZN. 96 um estabelecimento para introdução e acclimação de plantas e animais, onde já tem reunido numerosas e variadas colecções de ROZAS, Camelias, Azaleas, Rhovodendrons, Dahlias, e plantas fructíferas da Europa, como peras, maçãs, cerejas, avelleiras, framboises, morangos etc. juntamente com grande numero de plantas de folhagem ornamental e uma importante colecção de plantas gordas.

O estabelecimento já possue diversas raças escolhidas de animais. (Porcos, galinhas e faisões) cujos nomes e preços serão comunicados por correspondencia.

A REVISTA DE HORTICULTURA, cujos ultimos numeros (conclusão do vol. 4.) estão sendo impressos no Rio de Janeiro, começará brevemente a ser publicada nesta cidade.

U. D.

**Predios e terrenos na rua do
Itapetininga**

LUCRO CERTO E RENDA GARANTIDA
Vende-se nárua acima tres bons predios de recente e solida contrução, com terreno, agua e gaz, tendo ao lado ainda um bonito terreno plantado e arborizado, com 6 1/2 braças de frente e grande fundo, prompto a edifear, para o que já tem alicerces e portas. Para tratar com o leiloeiro Roberto Tavares, á rua de S. Bento n. 77, que dará melhores informações.

(um d.s.d.n.) 10—5

Club Gymnastico Portuguez

LEILAO DE PRENDAS

Domingo 25, as 6 1/2 horas da tarde no salão do club, por especial obsequio ao club o illm. sr. Roberto Tavares fará o leilão.

Roga-se ás pessoas que tiverem de mandar prendas para o leilão, se dignem fazer suas remessas para qualquer das casas já anunciadas, até sábado 24 ao meio dia, afim de que seus nomes não deixem de ir publicados no catalogo.

A banda do club tocará durante o leilão.

A entrada é franca a todas as pessoas decentes.

As exmas. sras. que se dignarem assistir a este acto, tem á sua disposição duas galerias que a directoria lhes mandou preparar para sua comodidade.

Secretaria do Club Gymnastico Portuguez em S. Paulo, 20 de Julho de 1880.—O 2.º secretario, Gomes Estella. 4—2

Festa em Pirapora

Uma associação tem, com grande sacrifício construído uma ponte provisória sobre o rio Tietê em Pirapora, a fim de dar passagem comoda, — livre e segura aos romeiros que, das partes de Cabreúva, — Itu, — Jundiahy, Campinas e seus contornos demandam a esta festa. Assim desaparece o receio, e inconvenientes de passagem em balca ou canga, como outrora se dava, havendo trânsito desembaraçado e isto com o modico pedágio de 200 réis á 500 réis de passagem a pé ou montado, ou por animal.

Pirapora 18 de Julho de 1880.—Domingos, Malheiros & Comp. 10—4

100.000

Fugiu da fazenda do abaixo assinado, no dia 28 de Maio, o escravo de nome Antonio, de idade de 18 ou 20 annos, de cor fusa, baixa, fino de corpo, bariz afilado, tendo falta de dentes, na frente, não tem barba, cabeça chata, bonita figura, natural do Ceará, saiu vestido com roupa de algodão já usada, chapéu de palha que sempre traz desabado, trabalhador de roça.

Quem o prender e entregar a seu senhor em Campinas será gratificado com a quantia acima.

10—3

Antonio Duarte de Andrade.

Animais á venda

Vende-se 30 bestas novas, mansas e para carro, e algumas tambem de selar; na rua Formosa n. 29, (cocheira).

20—4



COMPANHIA NACIONAL

NAVEGAÇÃO A VAPOR

O paquete a vapor

BIO-NEGRO

Commandante 1º tenente Belhar

Esperado dos portos do Sul, sahirá no dia 27 do corrente, ao meio-dia, para o

RIO DE JANEIRO

Recebe carga e passageiros.

O paquete a vapor

RIO DE JANEIRO

Commandante o 1º tenente E. do Prado Seixas

Sahirá no dia 29 do corrente, ás 2 horas da tarde, para :

CANANÉIA,
IGUAPE,
PARANAGUÁ,
ANTONINA,
S. FRANCISCO,
ITAJAHY,
SANTA-CATHARINA,
RIO-GRANDE,
PORTO-ALEGRE
E MONTEVIDEO.

Recebe carga e passageiros.
Trata-se acom o agente

JOÃO A. PEREIRA DOS SANTOS

RUA VINTE OITO DE MARÇO N. 25 (ANTIGA RUA SEPETEMBRIANA)

NOTA.—Roga-se aos srs. carregadores prevenir, até o dia 23 do corrente, que quantidade de carga tem de embarcar.

Recebe-se os conhecimentos até o dia 26 do corrente.

MEDICO
DR. EULALIO — rua Direita n. 21.
21.—Consultas, de manhã até às 8 horas.
a tarde das 3 ás 4 horas.

ADVOCADO
Joaquim Roberto de Azevedo
Marques Filho
Têm seu scriptorio na
Villa de Brotas

Madeiras de primeira qualidade
Vende-se na rua da Victoria, canto da rua dos Bambus.

**Engommadeira francesa
(DE PARIS)**

5 Travessa do Rosario 5
Especialidade para senhoras

25—25

Typ. do Correjo Paulistano.